

Unidades de conservação movimentam R\$ 40,7 bi no Brasil

Estudo do Instituto Chico Mendes mostra recorde de 28,5 milhões de visitas em áreas protegidas

O turismo em Unidades de Conservação (UCs) federais alcançou, em 2025, um novo patamar de impacto econômico no Brasil, segundo estudo “Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira”, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O levantamento consolida a visitação como política pública de Estado, amparada pela Lei nº 15.180/2025 e pela Portaria nº 3.689/2025.

Em 2025, as UCs federais movimentaram R\$ 40,7 bilhões em vendas, geraram R\$ 20,3 bilhões de contribuição ao PIB e R\$ 9,8 bilhões em renda para famílias. O sistema de 175 unidades registrou 28,5 milhões de visitas — recorde histórico desde o início da série, em 2000.

Os parques nacionais concentram a maior parte da visitação, somando 13,6 milhões de entradas, também recorde. O resultado reflete melhorias de infraestrutura, ampliação de serviços, novas áreas abertas ao público e recuperação

do turismo pós-pandemia.

O impacto econômico vai além do turismo direto. O estudo aponta que cada R\$ 1 investido no ICMBio gera R\$ 16 em PIB e R\$ 2,30 em arrecadação tributária. No total, o turismo nas UCs sustenta cerca de 332,5 mil empregos no país e gerou quase R\$ 3 bilhões em impostos, valor superior ao orçamento do órgão.

Entre as categorias de manejo, os parques nacionais se destacam como principais motores econômicos, com R\$ 21,6 bilhões em vendas e 219,6 mil empregos gerados. Já as reservas extrativistas apresentam forte impacto local e lideram em arrecadação tributária por visita, com média de R\$ 116,60.

O estudo também registra a APA da Baleia Franca (SC) como a unidade mais visitada fora de parques nacionais, com 9,05 milhões de visitas. Entre os destaques recentes, o Monumento Natural do Rio São Francisco (BA/SE) aparece com 1,17 milhão de visitas e a Reserva Extrativista Marinha de Ar-



Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, liderou o ranking de visitação em 2025

raial do Cabo (RJ) com 605.151.

O levantamento utiliza o modelo Tourism Economic Model for Protected Areas (TEMPA), reconhecido internacionalmente por Unesco e Banco Mundial, adaptado para países em desenvolvimento.

Além do turismo, as Unidades de Conservação também fortalecem educação ambiental, pesquisa científica, bem-estar e contato com a natureza. O governo federal destaca ainda a criação e ampliação de 20 unidades desde 2023, somando mais de 1,7 milhão de hectares, e investimentos em gestão e visitação, como o programa Natureza com as Pessoas.

Ranking

O Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, liderou o ranking de visitação em 2025, com

mais de 4,9 milhões de visitantes. Em seguida aparecem o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, com 2,2 milhões, e o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará, com 1,3 milhão.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina, entre Rio de Janeiro e São Paulo, recebeu 715 mil visitas, enquanto o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco, registrou 618 mil. Já o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão, somou 408 mil visitantes.

O grupo dos dez parques nacionais mais visitados ainda inclui o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal; o Parque Nacional de Ubajara, no Ceará; o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás; e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no Rio de Janeiro.

Atrativos

O Parque Nacional da Tijuca, no Rio, atrai turistas pelo Cristo Redentor, trilhas, cachoeiras e mirantes como a Vista Chinesa e a Pedra da Gávea. O Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, é conhecido mundialmente pelas Cataratas do Iguaçu e pelos passeios de barco, trilhas e cicloturismo. Já o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará, reúne dunas, lagoas, praias, manguezais e esportes como kitesurf e windsurf.

O estudo também leva em consideração que o avanço da visitação traz desafios de gestão, como equilíbrio entre uso público e conservação, ampliação de infraestrutura e monitoramento de impactos, reforçando a importância do planejamento para garantir sustentabilidade e segurança aos visitantes.

Cortes nas agências reguladoras podem prejudicar consumidores

Os cortes sucessivos no orçamento das agências reguladoras acenderam um alerta entre especialistas e entidades ligadas à defesa do consumidor. Responsáveis por fiscalizar serviços essenciais como energia elétrica, telecomunicações, saúde suplementar, transportes e saneamento, esses órgãos enfrentam dificuldades operacionais que podem comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

Segundo dados do governo federal, somente em 2026, o bloqueio no orçamento das agências reguladoras chegou a R\$ 84,6 milhões. Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) encaminhou ao governo um pedido de antecipação de R\$ 177,8 milhões em créditos orça-

mentários para evitar risco de paralisação de atividades ao longo do ano, incluindo fiscalização, contratos e funcionamento administrativo. Em 2025, os cortes alcançaram R\$ 456,8 milhões. Já em 2023, o contingenciamento ultrapassou R\$ 1 bilhão. O cenário levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a apontar um “sufocamento” financeiro dessas instituições nos últimos anos.

Consequências

Na prática, especialistas alertam que a redução de recursos impacta diretamente a capacidade de fiscalização. Em algumas agências, o número de fiscais disponíveis é insuficiente para acompanhar centenas de empresas reguladas. O resultado pode



Em março, ANEEL alertou governo sobre risco de paralisação

ser menos inspeções, menor controle sobre reajustes e mais dificuldade para identificar irregularidades.

A advogada Danielle Pires, es-

pecialista em Direito Contratual e Agências Reguladoras, afirma que o consumidor é o primeiro a sentir os efeitos desse enfraquecimento institucional. “Quando

as agências perdem recursos, o consumidor perde proteção. Menos fiscalização abre espaço para falhas no serviço e até abusos de empresas”, explica.

Segundo ela, o impacto pode atingir diretamente setores essenciais do cotidiano, como conta de luz, internet e planos de saúde. “Com menos fiscalização, pode haver piora na qualidade dos serviços, aumento de interrupções, dificuldades no atendimento ao consumidor e até reajustes pelas agências. O cidadão pode acabar pagando mais caro por um serviço inferior”, afirma.

Mesmo diante desse cenário, a advogada lembra que o consumidor continua protegido pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Constituição Federal. Em casos de cobrança abusiva, interrupção indevida de serviços ou falhas graves na prestação, o cidadão pode recorrer à Justiça para pedir reparação e indenização.